

A DESNATURALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SEXISTA ATRAVÉS DA DOCÊNCIA

BERTHIER, Maria Aparecida¹RODRIGUES, Juliê Luma²SALVATI, Marilena Lemes Marques³

RESUMO

O presente Artigo tem como enfoque uma reflexão sobre o sexismo numa interface com o espaço educacional e os discursos na sociedade. A pesquisa tem uma abordagem historiográfica da luta das mulheres em prol de reconhecimento e na atualidade na consolidação de equidade de gênero conforme os autores: ALVES e PINTANGUY (1991), ENGELS (2006), DRUMONT (1980) e BARRETO (2013). No decurso tratamos do machismo estrutural e a ressonância desse no século XXI, através dos autores: VIANA (2013), KEHL (2008), BOURDIEU (1999) e BEAUVOIR (1970). E por fim, demonstramos o papel dos docentes perante o sexismo na Escola e também denotamos uma interlocução com as narrativas midiáticas sobre as questões de gênero e os papéis das mulheres na contemporaneidade conforme os autores: SCOTTE (1995), SOVERAL (2011), MORENO (1999), CHIMAMANDA (2017), entre outros.

PALAVRAS-CHAVE: Sexismo, Gênero, Escola.

1. INTRODUÇÃO

Este estudo está organizado em cinco principais interfaces. Inicialmente apresenta a historiografia sobre as mulheres e as suas lutas por direitos com base em autores como: ALVES; PITANGUY (1991), ENGELS (2006), DRUMONT (1980) e BARRETO (2013). Posteriormente, abordamos sobre o Empoderamento da mulher e a evolução dos seus direitos bem como trazendo a luz, no decurso histórico a legislação em amparo as mulheres. E, continuamos a salientar, sobre o machismo estrutural, resultado sedimentado do processo civilizatório e da subordinação das mulheres nessas relações, para a qual, dialogamos com: VIANA (2013), KEHL (2008), BOURDIEU (1999) e BEAUVOIR (1970).

Trazemos também, a importância da desconstrução dos discursos sexistas, sobretudo como um papel fundamental da educação, ou seja, das Instituições Escolares como um coadjuvante no processo de formação de pessoas mais respeitadas, tolerantes nas relações de gênero, o que aliás denota uma das finalidades da educação, o de promover espaços de diálogos e ambiências que favoreçam a reflexão, mediadas sobretudo pelos docentes, capitaneados por autores como: SCOTTE (1995), MORENO (1999), SOVERAL (2011), LOURO (1997), entre outros.

¹ Graduanda do curso de Pedagogia do Centro Universitário Assis Gurgacz. E-mail: MariaBerthier@hotmail.com

² Graduanda do curso de Pedagogia do Centro Universitário Assis Gurgacz. E-mail: Julie_lindah@hotmail.com

³ Professora Orientadora do curso de Pedagogia do Centro Universitário Assis Gurgacz. E-mail: marilenasalvati@hotmail.com

E, ao final, utilizamos fontes midiáticas como PODCAST, cuja abordagem é demonstrar os diálogos de especialistas sobre o tema em interlocução mediada por jornalistas bem como a ilustração de filmes das plataformas de stream, a exemplo da NETFLIX – Bom dia, Verônica, que ainda ficção, retrata a violência sobre as mulheres.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A TRAJETÓRIA E LUTA DAS MULHERES EM PROL DA EQUIDADE DE GÊNERO

O movimento feminista surgiu através das dificuldades e lutas das mulheres em oposição a aversão, inferiorização da mulher, subordinação e principalmente contra o sexismo. É constituído pela desconstrução da estrutura patriarcal e desigualdades históricas que foram estabelecidas ao longo dos anos entre homens e mulheres.

Segundo Alves e Pitanguy (1991, p. 7)

É difícil estabelecer uma definição precisa do que seja o feminismo, pois este termo traduz todo um processo que tem raízes no passado, que se constrói no cotidiano, e que não tem um ponto predeterminado de chegada. Com todo processo de transformação, contém contradições, avanços, recuos, medos e alegrias.

Esse movimento é caracterizado pela organização de mulheres que expressam vivências próprias. Os pontos de vista são frutos de práticas, conhecimento e experiências específicas e comuns na vida das mulheres. Desde o surgimento do Feminismo, foram realizadas diversas campanhas pelo bem comum do movimento, procurando o reconhecimento dos direitos das mulheres, tais como: direito de existir com dignidade, propriedade, direito à educação e ao ato do trabalho, direito de votar e também de ser eleita, direito para participar de espaços de poder e tomada de decisões, direito ao seu próprio corpo, viver livre de violências e, principalmente, viver em igualdade de condições entre homens e mulheres.

Na obra Origem da família (2006), de Engels, a opressão de gênero teria surgido por meio da ideia de propriedade privada e pela relação monogâmica. Na Idade da pedra, apesar de homens e mulheres se constituírem de duas classes o serviço doméstico, a fabricação de cerâmicas, tecelagem e a jardinagem, por exemplo, eram divididos de forma igualitária.

Com a descoberta de metais preciosos, viu-se a necessidade na intensificação do trabalho, com isso, o homem recorreu a esse serviço reduzindo a escravidão. Porém, surgiram, então, as

propriedades privadas, nas quais o senhor dos escravos e da terra tornou-se também, possuinte da mulher.

A primeira opressão da história foi o antagonismo entre a mulher e o homem no casamento conjugal. Segundo Engels (2006), a regra da fidelidade conjugal era somente para a mulher expressa no objetivo da monogamia de “procriar filhos de uma paternidade incontestável” (ENGELS, 1884, p. 66), porque esses filhos entrarão futuramente na posse da fortuna paterna, como herdeiros diretos. Diante disso, surgiu um acordo em que a mulher deveria ser do lar e em troca teria proteção. A família monogâmica veio com o modo de produção capitalista, uma forma exclusiva de inferiorizar a mulher na sociedade. Na metade da Idade Média ocorreu uma perseguição com o corpo feminino que era visto como fonte de pecado, levando em consideração a passagem bíblica de gêneses, comparando a mulher com a figura de Eva, considerada a responsável pela “maldição” que aconteceu com Adão.

Nesse período, aconteceu a “caça às bruxas” que durou até o Renascimento, em que perseguiram feiticeiras para conquistarem a posição de poder por parte do homem; a mulher que era julgada como bruxa era aquela que possuía conhecimentos que lhe possibilitava ter poder de atuação em seu campo de trabalho, escapando do domínio do homem. Na metade do século XIX as mulheres começaram a ser impor em relação à desigualdade sexual, ao acesso à educação e ao trabalho. A primeira mulher a articular uma defesa sobre o direito das mulheres foi a escritora Francesa Christine de Pisan que defendia a educação igualitária a todos.

Durante o século XVII antecedente da Revolução Industrial, foram realizadas mudanças significativas na forma de organização social e do trabalho, para maior expansão do comércio; assim, apresentaram teses que o homem e a mulher eram serem criados da mesma forma. É nesse momento que o feminismo conquista a característica de uma prática ação política organizadas que reivindica seus direitos perante os obstáculos. Esse movimento possui discurso próprio, que visa a luta da mulher em prol da equidade de gênero.

O machismo é um sistema de representação simbólica que age naturalmente perante as situações ou explorações e dominação. Essa caracterização oferece modelos de identidade tanto para o sexo masculino quanto feminino. Esse modelo apresenta a ideologia que o homem lidera as relações de gênero, com isso é sonogado aspectos cruciais para a relação harmoniosa entre homens e mulheres (DRUMONT, 1980).

Rafaela Leão Barreto (2013) disserta que

No decorrer dos séculos, grandes avanços foram alcançados no que se refere ao reconhecimento dos direitos da mulher. As mulheres conseguiram certa emancipação e

liberdade que permitiram a elas o que antes era impensável, começando pelo seu direito a voto, seu espaço no mercado de trabalho e nas universidades, sua capacidade civil e política, até sua liberdade de dispor sobre o próprio corpo (BARRETO, 2013)

Apesar de muitas conquistas ainda se observa um padrão de opressão que coloca o homem como sujeito único, central e com poder perante a mulher. Ainda estamos inseridos numa sociedade machista e sexista em que a violência de gênero vai além da forma explícita, mais também violência física. O machismo está presente nas diferentes instituições e as vezes está agindo de forma silenciosa sem que se perceba.

2.2 EMPODERAMENTO: A EVOLUÇÃO DOS DIREITOS DAS MULHERES

Ao longo dos anos a mulher conseguiu ultrapassar diversas barreiras impostas pelas questões de gênero, e conquistou distintos avanços e empoderamento. “Empoderar” é um neologismo empregado por Paulo Freire sendo um termo inglês “*EMPOWERMENT*” traduzido como fortalecimento (FREITAS, 2016, *online*).

Os dicionários Aurélio e Houaiss apresentam esse termo como uma forma de conscientizar, um mecanismo de tomada de decisões, que propõe mudanças sociais, culturais, econômicas e políticas. O empoderamento é uma construção histórica que traz uma bagagem de acontecimentos que marcaram a sociedade; foi através da luta das mulheres e protestos que ascendeu a sociedade a buscar por suas ideias mesmo sendo visto como um pequeno grupo frágil (VALADARES; GARCIA, 2020).

Em 1879 no Brasil, as mulheres passaram a ter direito ao ingresso nas Universidades, a partir do Decreto Lei 7.247 de 19/04/1879, porém as mesmas necessitavam da autorização dos pais e maridos para efetuar matrículas no Ensino Superior.

O Artigo 246, presente no Código Civil foi alterado pelo Estatuto e com isso a mulher conquistou a garantia de ingressar na faculdade e trabalhar sem necessitar de permissão, também a ter direito de possuir patrimônios particulares sem interligação com os bens familiares (exceto pacto antinupcial) (VALADARES; GARCIA, 2020). Apresentando que:

“Art. 246. A mulher que exercer profissão lucrativa, distinta da do marido terá direito de praticar todos os atos inerentes ao seu exercício e sua defesa. O produto do seu trabalho assim auferido, e os bens com ele adquiridos, constituem, salvo estipulação diversa em pacto antenupcial, bens reservados, dos quais poderá dispor livremente com observância, porém, do preceituado na parte final no art. 240 e nos II e III, do artigo 242.

Parágrafo único. Não responde, o produto do trabalho da mulher; nem os bens a que se refere este artigo pelas devidas do marido, exceto as contraídas em benefício da família. (Brasil, 1962) ”

Infelizmente as legislações ainda não são suficientes para alteração da cultura da desvalorização e submissão da mulher. As políticas públicas necessitam de incentivos e intervenções políticas para melhoria do contexto social do machismo. Em 1985, em São Paulo foi construído a primeira Delegacia Especializada em Apoio a Mulher, que tinha como foco combater a violência de gênero (VALADARES; GARCIA, 2020).

Diante de várias alterações e elaborações legislativas, ainda é visível a submissão da mulher ao homem. Com a Lei 7.855 de 24/010/1989 foi revogado A Lei Trabalhista que apresenta sobre a rescisão do contrato do trabalho da mulher, tendo como justificativa o não consentimento por pais do homem vinculado a família. Sendo exposta como desigualdade no artigo da Lei

“Ao marido ou pai é facultado pleitear a rescisão do contrato de trabalho, quando a sua continuação for suscetível de acarretar ameaça aos vínculos da família, perigo manifesto as condições peculiares da mulher ou prejuízo de ordem física ou moral para o menor. (Artigo 446, Inciso único da CLT, revogado pela Lei 7855/1989) ”.

Um marco histórico na luta das mulheres também foi a Lei nº 11.340/2006 titulada como Lei Maria da Penha, sancionada pelo Ex-Presidente da República do Brasil Luiz Inácio Lula da Silva que buscava com a criação da Lei a equidade de gênero e a proteção das mulheres perante a práticas abusivas buscando conter qualquer tipo de violência e índices de feminicídios. Maria da Penha Maia Fernandes foi vítima de agressões por seu esposo, que depois de algumas tentativas de feminicídio a deixou paraplégica após atirar em sua coluna vertebral, porém nada o fazia parar, Maria apesar de estar paraplégica ainda sofreu tentativas de eletrocussão e traumas psicológicos (VALADARES; GARCIA, 2020).

Apesar da evolução e conquistas no quesito legislativo ainda é visível a necessidade da desconstrução de gênero e a mudança de pensamentos para que haja uma mudança significativa na sociedade é fundamental que haja equilíbrio social, que sejamos livres e iguais diante de direitos e obrigações.

2.3 A OBJETIFICAÇÃO DA MULHER E A NATURALIZAÇÃO DO MACHISMO

Ao longo dos séculos ocorreram avanços significativos em relação aos direitos das mulheres, porém, apesar de diversas conquistas feministas, ainda hoje no século XXI vivenciamos um padrão de opressão que posiciona o homem como sujeito central perante ao poder. O preconceito contra

mulher atinge a todas, algumas de forma mais leve e outras intensas, que deixa visível a existência do padrão de controle e dominação patriarcal nas estruturas sociais, políticas e econômicas de distintos contextos (VIANA, 2013).

A participação das mulheres na Revolução Francesa teve como base a emancipação feminino do Antigo Regime impulsionado a ideias filosóficas do Iluminismo. Na Inglaterra e Alemanha as mulheres passaram a repudiar a submissão do casamento e a prisão da maternidade, lutando pelo cultivo do intelecto. Desde o “Contrato Social” de Rousseau a mulher teve total liberdade de ser livre para escolher seu cônjuge baseado no afeto e amor. Montesquieu advertiu que “a natureza não submete a mulher aos homens”, apontando de que as atitudes e ações masculinas eram ditadoras diante das mulheres (KEHL, 2008).

Voltaire (1749, apud KEHL, 2008 p. 52) em sua obra “Nanine” (1749) traz a personagem principal discorrendo que: “Minha mãe julgou-me capaz de pensar por mim mesma e escolher por mim mesma um esposo”. Em outras obras o escritor crítica a falta de autonomia das mulheres perante a sociedade e como esse público era visto como seres destinados apenas a tarefas familiares. Assim KEHL (2008) discorre que

Não tenho com isso a pretensão de afirmar que a modernidade foi o primeiro e único período na história da humanidade em que a relação entre as mulheres e a feminilidade se desestabilizou. Ao contrário, penso que estas estruturas vêm sendo constantemente construídas e abaladas, reconstruídas e novamente desestabilizadas ao longo da história (MARIA RITA KEHL, p.58, 2008).

Pierre Bourdieu (1999) em “A dominação masculina” esclarece que a reprodução dos gêneros, a persistência das relações de dominação dos gêneros surge a partir de ideais do modo de ser. A subjetividade do gênero é expressar através de posturas femininas e masculinas reforçadas pela realidade social com embasamento na divisão de gênero (experiência histórica).

Bourdieu (1999, p.23) disserta que gênero é um conceito com base na estrutura da dominação, ou seja, é um par de opostos que fazem parte da relação de gênero que é vista como uma relação de poder em que o “princípio masculino é tomado como medida de todas as coisas” (BOURDIER, 1999, p.23). O mesmo continua dizendo que as diferenças presentes no sexo e gênero são um conjunto de oposições, com significados antropológicos e cosmológicos.

A diferença biológica entre os sexos, é a diferença anatômica entre órgãos sexuais, com isso deve ser vista como natural da diferença construída entre os gêneros e principalmente em relação a divisão social do trabalho. Levando em consideração que a visão social constrói a diferença anatômica

e isso se torna fundamento natural perante a visão social, tornando um círculo vicioso que encerra o pensamento com base nas relações dominantes prescritas ao mesmo instante na objetividade, através de divisões objetivas e formas de esquemas cognitivos que são organizados com base em divisões (BOURDIEU, 1999, p;20)

A ordem natural é autocrática: “as diferenças visíveis entre os órgãos sexuais masculino e feminino são uma construção social que encontra seu princípio nos princípios de divisão da razão androcêntrica” (BOURDIEU, 1999, p. 24), levando a legitimação da relação de dominação da natureza biológica, sendo considerado uma construção natural.

Para o autor o processo histórico de divisão androcêntrica se dá início na família, através da educação individual, cuja a influência se torna cada vez mais limitada, através do ponto de vista social, já que o contato com a família se torna mais curto pois as crianças estão ingressando mais cedo no âmbito educacional, passando em diversos casos mais tempo em creches e escolas do que em casa. Como traz BOURDIEU (1999),

... se a unidade doméstica é um dos lugares em que a dominação masculina se manifesta de maneira mais indiscutível (e não só através do recurso à violência física), o princípio de perpetuação das relações de força materiais e simbólicas que aí se exercem se coloca essencialmente fora desta unidade, em instâncias como a Igreja, a Escola ou o Estado e em suas ações propriamente políticas, declaradas ou escondidas, oficiais ou oficiosas... (p. 138)

Para compreender a ordem de sexo e gênero historicamente naturalizada é essencial situar-se criticamente, identificando-se como produtor/a e reprodutor/a. com isso, Bourdieu (1999) delinea suas dificuldades objetivas e subjetivas

... a revolução simbólica a que o movimento feminista convoca não pode se reduzir a uma simples conversão das consciências e das vontades. Pelo fato de o fundamento da violência simbólica residir não nas consciências mistificadas que bastaria esclarecer, e sim nas disposições modeladas pelas estruturas de dominação que as produzem, só se pode chegar a uma ruptura da relação de cumplicidade que as vítimas da dominação simbólica têm com os dominantes com uma transformação radical das condições sociais de produção das tendências que levam os dominados a adotar, sobre os dominantes e sobre si mesmos, o próprio ponto de vista dos dominantes.... Mas uma relação de dominação que só funciona por meio dessa cumplicidade de tendências depende, profundamente, para sua perpetuação ou para sua transformação, da perpetuação ou da transformação das estruturas de que tais disposições são resultantes (particularmente da estrutura de um mercado de bens simbólicos...) (BOURDIEU, 1999, p. 54-55).

Pierre Bourdier em seu livro “A dominação Masculina” (1999) evidência que a violência e a dominação de gênero permanecem pois se torna um hábito masculino e feminino reproduzidos pelas estruturas de dominação e reproduzidos inconscientemente. Na tradição cultural e educacional

endrocêntrica despreza o corpo e as emoções dos indivíduos, com isso se torna fundamental a formação de um modelo de aprendizagem holístico que vise a formação docente.

Diante dos aspectos que Bourdier (1999) apresenta percebe-se o grande desafio presente nas questões de gênero e na importância de transformar, flexibilizar e erradicar os hábitos hierárquicos de gênero, porém para que isso ocorra é necessária uma concepção que integre o pensar, agir e sentir no processo de ensino. A filosofia feminista pouco conhecimento utiliza métodos que contribui para o avanço da teoria e a prática educacional emancipadora.

O papel da mulher na sociedade e a opressão num mundo dominado pelo homem.

É, em verdade, basta passear de olhos abertos para comprovar que a humanidade se reparte em duas categorias de indivíduos, cujas roupas, rostos, corpos, sorrisos, atitudes, interesses, ocupações são manifestamente diferentes; talvez essas diferenças sejam superficiais, talvez se destinem a desaparecer. O certo é que por enquanto elas existem com uma evidência total. (BEAUVOIR, 1970 p. 8-9)

O homem é um ser visto como positivo ou neutro, a ponto de utilizarmos “os homens” para titular os seres humanos. A mulher é imputada como limitação, sem reciprocidade. Vivenciamos uma sociedade extremamente machista que usa expressões como “você pensa assim porque é uma mulher” sendo que formas de pensar e agir não definem sexo biológico.

A humanidade é masculina e o homem define a mulher não em si, mas relativamente a ele; ela não é considerada um ser autônomo. [...] Ela não é senão o que o homem decide que seja; daí dizer-se o “sexo” para dizer que ela se apresenta diante do macho como um ser sexuado: para ele, a fêmea é sexo, logo ela o é absolutamente. A mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro. (BEAUVOIR, 1970, p. 10)

Com a direção biológica há várias construções relacionadas e questionadas pela autora, termos como: fêmea levando como algo inferior; também, é retratado como o sexo feminino era visto como frágil, diante disso cita-se que “A divisão dos sexos é, com efeito, um dado biológico e não um momento da história humana. É no seio de um *MITSEIN*⁴ original que sua oposição se formou e ela não destruiu” (BEAUVOIR, 1970, p.13-14). Diante a essas questões a mesma aborda como foram construídas suas ideias e como teve continuação por muitos autores.

A humanidade é uma construção histórica e a mulher tem principal influência nesse processo. Durante a Segunda Guerra Mundial foram realizadas diversas propagandas utilizando a imagem da

⁴ *MITSEIN* é um constituinte, um modo de ser, do homem. Já existe previamente em sua constituição, dispensando elaborações posteriores.

mulher como ocupadora dos postos de trabalhos que eram dos homens, porém, com o término a ideia de fragilidade e vulnerabilidade retornou, pois, a mulher não teria “capacidade” a ter uma condição digna de posição na sociedade como os homens.

Durante o livro são abordados relatos e narrativas que expõe como as mulheres desempenharam os mesmos papéis que os homens, com isso, Simone vê que a história das mulheres foi contada pelos homens até na escrita, e afirma que:

Toda a história das mulheres foi feita pelos homens [...] O próprio feminismo nunca foi um movimento autônomo: foi, em parte, um instrumento nas mãos dos políticos e, em parte, um epifenômeno refletindo um drama social mais profundo” (BEAUVOIR, 1970, p. 151).

Para finalizar Beauvoir (1970) alega que as mulheres necessitam assumir a autonomia e buscar novas condições para a existência feminina.

2.4 GÊNERO E O ESPAÇO ESCOLAR: A DESCONSTRUÇÃO DOS DISCURSOS SEXISTAS.

O dicionário Aurélio (2010) traz que Gênero é: “grupo de seres que se assemelham por seus caracteres essenciais”, “reunião de corpos orgânicos que constituem espécie; raça; família; sorte; qualidade; casta; modo; maneira; objeto; coisa”, entre outras distintas definições.

Já Scotte (1995, p. 85) discorre que

O termo “gênero” faz parte da tentativa empreendida pelas as feministas contemporâneas para reivindicar um certo terreno de definição, para sublinhar a incapacidade das teorias existentes para explicar as persistências desigualdade entre as mulheres e os homens.

O gênero está presente o tempo todo em nossas vidas. Quando nascemos e começamos a ter contato com a sociedade, já somos ensinados por exemplo, em qual fila ou em qual banheiro devemos entrar. Quando uma pessoa ensina uma criança do sexo feminino, a sentar com as pernas fechadas, ou não falar muito alto, o indivíduo no subconsciente está ensinando questões de gêneros para ela, e como ela deve se comportar sendo uma menina, e quando se fala para uma criança de gênero masculino que não se pode chorar, ou deve revidar se alguém agredi-lo o processo é o mesmo, mas está sendo ensinado a como portar-se como um menino perante a construção social da antiguidade que ainda permeia nos dias atuais.

Quando falamos de gênero, devemos levar em consideração que alguns estudos revelam que a produção do que se entende por masculino e feminino é uma construção histórica e social. Então é

necessário compreender que por ser uma construção social, podemos desconstruir, analisando nossas relações e refletindo sobre nossas práticas.

Não há um momento adequado para essas mudanças, mas sim adaptações desde o início dos contatos, como por exemplo os contatos com brinquedos, desde cedo as meninas ganham determinados brinquedos considerados para meninas, e os meninos ganham brinquedos unicamente para eles.

- Pai...
- Hummmmm?
- Como é o feminino de sexo?
- O quê?
- O feminino de sexo.
- Não tem. – Sexo não tem feminino?
- Não. – Só tem sexo masculino?
- É. Quer dizer, não...

“Sexa”, Luis Fernando Veríssimo

Para Moreno (1999) um bebê aprende com as primeiras palavras a existência de um pai e uma mãe; em seguida aprende que existe meninos e meninas antes mesmo de compreender que a palavra pessoa titula meninos, meninas, pai e mãe, essa dicotomia já o terá diferenciado. Há várias formas de distinguir as pessoas, a imagem de homem e de mulher que é transmitida através de conteúdos de ensino contribui para formação do seu ser social, padrões de comportamento, com um modelo atribuído pela sociedade em relação ao gênero.

As meninas desde cedo convivem com sua identidade sexolinguística, porém ao longo dos anos são obrigadas a renunciá-las. Quando um indivíduo se refere a um grupo em que há ambos os sexos, na maioria das vezes o grupo é referenciado na forma masculina e raramente na forma feminina ou ambas as formas. Com isso Louro (1997) afirma que:

É impossível esquecer que uma das primeiras e mais sólidas aprendizagens de uma menina na escola consiste em saber que, sempre que a professora disser que “os alunos que acabarem a tarefa podem ir para o recreio”, ela deve se sentir incluída. (LOURO, 1997, p. 70).

A discriminação sexista vai além da linguagem oral, é um meio que se reforça a partir do modelo linguístico androcêntrico. Para Moreno (1999) “Os livros de linguagem das primeiras séries do Ensino Fundamental parecem um tratado de androcêntrismo para estudantes indefesos” (MORENO, 1999, p. 39). Em diversos casos, são expostos frases e textos que diferenciam os papéis de gênero, as meninas são interligadas ao espaço doméstico com até mesmo desenhos ilustrativos, já

os meninos normalmente estão visivelmente expostos em espaços públicos, a ler, estudar, entre outros.

Os livros de História do Ensino Fundamental e Médio apresentam histórias de guerras, heróis e todos os mitos machistas que valorizam o heroísmo, a virilidade e a força masculina, transmitindo a ideia de que a força determina quem ganha e isso é objetivo mais valioso a ser conquistado (MORENO, 1999). A escritora ainda aborda que a história ensinada é totalmente masculinizada, sem a presença de mulheres como se não tivessem histórias de lutas por não serem apresentadas nos livros didáticos.

O espaço escolar, é onde o ser humano tem o primeiro contato, as primeiras relações e ideias de sociedade, com isso deve propiciar a socialização com pessoas que vem de outras famílias com diferentes valores a fim de que aprendam a conviver em uma relação de igualdade.

Diante disso, Soveral (2011) defende a notoriedade necessária e emergencial do desenvolvimento da prática pedagógica na perspectiva da Educação em Direitos Humanos desde as séries iniciais, com isso, os alunos terão ciência de seus direitos e deveres enquanto parte integrante da sociedade. Há a ideia de que a mulher se constitui como um ser inferior ao sexo masculino mediante os fatos biológicos determinantes, juntamente das teorias de cunho social utilizadas para justificar as opressões ao sexo feminino, mantendo, assim, vivo o sistema patriarcal que ainda se faz presente no dia a dia, promovendo a desigualdade de gênero e contribuindo com os vários casos de violência contra a mulher. Isso se reflete nos papéis sociais e posições que as mulheres ocupam na sociedade, principalmente no mercado de trabalho. A visão sexista ainda é tida com naturalidade.

A escola muitas vezes acaba transmitindo, mesmo que de maneira sutil, pensamentos e atitudes sexistas presentes na sociedade, por meio da transmissão formal de conteúdos curriculares e materiais didáticos sujeitos a uma perspectiva androcêntrica que fortalece uma ideologia de gênero. Diante disso, a escola acaba moldando e disciplinando os discentes com padrões impostos pela sociedade.

Moreno (1999) pontua que o sexismo está presente no âmbito escolar perante aos meios de linguagens apresentados nos livros, currículos, discursos tanto dos docentes quanto dos alunos, diferenciação de papéis de gênero em atividades esportivas, nas definições de gênero, que de maneira singular acabam reforçando as diferenças e desfavorecendo a igualdade de gênero. Desde os primeiros anos, meninas e meninos são inseridos em construções sociais de seu meio que acabam influenciando seus gestos, atitudes, valores e, principalmente, opiniões em relação ao seu sexo.

As meninas normalmente são educadas para as funções domésticas, estimuladas a serem delicadas, amorosas e frágeis, enquanto os meninos são estimulados a serem corajosos, aventureiros, conquistarem a autonomia e a liberdade. Meninos e Meninas são instrumentalizados e se socializam a partir de brinquedos e brincadeiras, que acabam auxiliando na construção da visão de mundo, porém, em diversas ocasiões, o momento de brincadeira acaba sendo manipulado por construções sociais, deixando de lado a importância da estimulação, criatividade e liberdade para o desenvolvimento social, intelectual e cognitivo da criança (MORENO, 1999).

Vale ressaltar o formato de brinquedos disponibilizados às meninas e aos meninos, pois às primeiras são oferecidas bonecas e panelas como treinamento para ser uma futura dona de casa, cuidar dos filhos e demonstrar fragilidade. Já, aos segundos, oferecem-lhes brinquedos que reforcem sua liberdade, agressividade, autonomia e independência. Diante dos fatos, professores e professoras acabam ignorando características femininas e optam por seguir um modelo aceitável pela sociedade.

Chimamanda Ngozi Adichie (2017) em seu livro “Para Educar crianças Feministas – Um manifesto” aborda quinze sugestões de como educar uma criança mente aberta, com opiniões formadas com bases informadas e respeito acima de tudo. Inicialmente é exposto que nós seres humanos devemos ter consciência do nosso valor, do quão importante somos, a escritora apresenta relatos de pessoas que passaram por sua vida para explicar com mais especificidade as sugestões.

Durante as sugestões Chimamanda apresenta ideias de valorização, somos seres completos, porém temos nossos momentos de falhas e devemos nos permitir a isso sem dor, sem peso na consciência para que consigamos conquistar o equilíbrio e a paz. Desde a Idade Média surge a ideia de que a mulher deve ter responsabilidades diferenciadas do homem, como por exemplo: dar conta de todo trabalho doméstico e criar os filhos, sendo que esse trabalho designado ao sexo feminino não deveria ter gênero. “Pai é verbo tanto quanto mãe” (CHIMAMANDA, 2017), a igualdade deve ser clara, sem ressentimento.

É de extrema importância ensinar os “papéis de gênero”, nunca colocar em pauta durante uma conversa que uma situação, vestimenta, gosto ou até mesmo personalidade faz com que se deixe de ser menos mulher. O feminismo não tem ligação com a feminilidade, feminismo está ali em prol da equidade de gênero.

Se ela gostar de maquiagem deixa-a se maquiar. Se ela gostar de roupas da moda, deixe-a usar. Mas, se não gostar, deixe também. Não pense que criá-la coo feminista significa obrigá-la a rejeitar a feminilidade. Feminismo e feminilidade não são mutuamente excludentes. (CHIMAMANDA, 2017)

É difícil compreender como esse movimento é fundamental para formação dos indivíduos, já que desde muito cedo às famílias ensinam que existem “dois mundos”, o feminino e o masculino, em que as mulheres deram seguir regras, realizar o serviço doméstico, usar roupas rosas, sonhar em crescer e se casar com seu “príncipe encantado”. Os estereótipos de gênero são impostos de forma tão profunda que acaba incutindo e fazendo com que deixe de lado o que deseja. “[...] as mulheres [...] só precisam ser tratadas como seres humanos iguais”.

A sociedade condiciona a meninas a desejarem o matrimônio, porém, não fazem o mesmo com os meninos, com isso acaba gerando desequilíbrio, já que meninas crescem com a mentalidade de que a mulher necessita ter o matrimônio perfeito para ser feliz e o menino não é ensinado dessa forma, com isso, a relação acaba se tornando desigual, pois ambos os sexos foram ensinados de forma distintas, para um foi imposto a importância e para o outro que era apenas uma relação. Já parou para pensar porque o sobrenome da mulher muda após se casar e do homem não? “Um homem é sr...., seja solteiro ou casado, uma mulher é sra..., seja solteira ou casada” (CHIMAMANDA, 2017).

As famílias devem ensinar desde cedo devemos se preocupar em agradar as pessoas, o importante é ser ela mesmo, consciente da igualdade humana, não se deve submeter a situações que a lhe coloque como um objeto que as pessoas gostam ou desgostam. É instruir para que tenham futuramente senso de identidade entendendo a importância da dignidade, pois as crianças copiam e aprendem.

Vários pensamentos relacionados com uma educação de caráter sexista estão impregnados no subconsciente dos seres-humanos, e isso ocasiona em práticas e hábitos que precisam de esforços para desconstruir esses pensamentos padronizados, que vem sendo apresentados desde o princípio das interações humanas. Essa educação ocorre devido às práticas sexistas arraigadas em nossa sociedade, que em diversas ocasiões são naturalizadas, legitimadas de forma imperceptível, a sociedade reforça os estereótipos e acaba distanciando meninas e meninos, assim todos os setores da sociedade possuem uma certa parcela de responsabilidade.

A criança é um ser histórico e social em que o seu desenvolvimento depende do contexto que está inserido, e a escola é um ambiente de formação que auxilia no aspecto de construção do sujeito, tornando-se o primeiro lugar que a criança se encontra diante das diferenças, nesse ambiente meninas e meninos dividem espaços de forma igualitária e superam/entram em conflitos.

Diante disso se torna indispensável trabalhar as diferenças de gênero impostas pela sociedade. Louro (1997, p.58) discorre que “o prédio escolar informa a todos (as) a sua razão de existir. Suas

marcas, seus símbolos e arranjos arquitetônicos”. Essa fala concebe que a Escola é um espaço que coopera na construção de gênero e das diferenças presentes em cada um.

O (a) docente convive diariamente com as relações de gêneros, porém em diversas ocasiões acabada construindo influências indiretamente em relação ao gênero. Por possuir um papel importante no processo de construção de conhecimento, é necessário dirigir o processo de reflexão deixando que o aluno tenha autonomia para acatar seus valores, posições e assim ampliando seu conhecimento. O profissional deve ser neutro, não transmitir, nem impor seus valores, crenças e opiniões como verdades únicas e absolutas. Nunes e Silva (2000, p.106) discorre que o docente necessita “[...] fazer a crítica dos papéis tradicionais e de suas convicções ideológicas”.

A criança quando chega na Escola, já possui uma bagagem de conhecimento e cultura herdada pelo âmbito familiar, diante disso o docente deverá evitar o uso de estereótipos em sala de aula que definem meninas como sensíveis, vaidosas, frágeis, comportadas, e em contraposição evitar de habituar que meninos são agressivos, esportivos e autoritários, adjetivos estes que a sociedade impõe ainda no século XXI.

Esse processo é imposto em diversas ocasiões no ambiente familiar, porém Nunes e Silva (2000) abordam que nem sempre o sexismo existiu, no século XVII meninas e meninos brincavam das mesmas brincadeiras e com os mesmos brinquedos, sem imposições rígidas de papéis de gênero; porém, ao longo do processo histórico foram enraizados estereótipos que afetaram a infância.

A Escola como um espaço de socialização tem como missão desconstruir as questões de gênero, iniciando pela ideia de que o homem é superior a mulher. A forma como o ambiente se impõe perante as relações de gênero, normalmente é com base na criação binária, acarretando na opressão da identidade dos indivíduos; quando o docente é contrariado acaba se desnortando sem saber normalmente como lidar com as situações impostas pelas relações de gênero.

Diante dos expostos, percebemos que a escola é marcada por relações de gênero, com isso professoras e professores devem rever suas práticas pedagógicas em relação a forma de tratamento, já que nossa vida é marcada de processos históricos e culturais que fundamentam as relações sociais e refletem dentro do âmbito educacional. Como espaço democrático é necessário oportunizar distintas formas de subjetividade para que não ocorra reforço ou até mesmo aumento do preconceito em relação ao gênero.

Segundo a Equipe do Centro Latino Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (2009, p.50)

Os (as) educadores (as) não se dão conta de quão silenciosa e sutil e reiteradamente as masculinidades e as feminilidades são construídas e lapidadas cotidianamente: com gestos falas, orientações, olhares, jogos, brincadeiras, ocupações de espaços, comportamentos e avaliações. E assim também é no que diz respeito aos livros didáticos às normas, à própria organização da escola, aos conteúdos e aos currículos. A escola apresenta e institui sujeitos, indivíduos, a partir de um “modelo”.

É visível e natural depararmos com docentes presunçoso em relação a erradicação do sexismo durante as aulas, acreditando que tratam todos de forma igualitária sem distinguir algum indivíduo pelo sexo biológico.

Quando o discente chega no âmbito educacional já possui com uma construção de elementos externos, com uma visão de mundo estipulado por sua família baseados em valores de uma sociedade androcêntrica. Assim Moreno (1999) aborda que

A liberdade não nos é dada gratuitamente; é preciso aprender a construí-la e, para isso, é necessário dispor de muitas possibilidades e saber escolher entre elas. Se existe somente um modelo, só temos duas possibilidades: aceita-lo ou recusá-lo; se os modelos aumentam de número, aumentará proporcionalmente nosso grau de liberdade. (MORENO, 1999, p. 74).

Moreno (1999) ainda complementa que a escola é um espaço social que deve contribuir com a construção dos pensamentos dos alunos, trabalhando de forma clara os papéis atribuídos a cada sexo pela sociedade e auxiliando que descubram o lado bom e ruim dessa estrutura de estereótipos impostas pela sociedade em relação aos gêneros.

Após os (as) alunos (as) terem a possibilidade de analisar essas condutas conseguiram comparar os modelos atribuídos pela sociedade e que estão presentes no dia-a-dia titulando muitas vezes os indivíduos como certos ou errados. Assim, muitos perceberam e conseguiram internalizar condutas desconstruídas do sexismo, compreendendo que há várias maneiras de ser mulher ou homem (MORENO, 1999).

Uma conduta que pode auxiliar as Instituições Escolares na desconstrução do sexismo é procurar propor e disponibilizar livros que não possuam traços sexistas, extinguir textos que colocam a mulher em posição de vulnerabilidade e inferioridade perante aos homens. Moreno (1999) expõe que os livros colocam em pauta uma história que faz com que compreendam que a escola foi um espaço desenvolvido para os meninos, porém ao longo dos anos foi reformulado para a inclusão de meninas, porém sem modificações. O mesmo expressa que co-educar não é colocar meninas e meninos no mesmo espaço, e sim ir além e ensinar que devemos respeitar as diferenças presentes no dia-a-dia.

Deste modo percebe-se a extrema importância da reelaboração da educação que vá além dos portões da escola, uma educação que atinja a sociedade como um todo. Porém para que isso ocorra é excepcionalmente que conscientize inicialmente os funcionários da instituição abordando discussões e atividades para desconstrução, também propor aulas dinamizadas que envolvam os alunos em diversas atividades sem impor as questões de gênero.

Moreno (1999) afirma que “não se pode mudar a sociedade a partir da escola, mas podem-se lançar alternativas, desenhar novas possibilidades, ensinar a abrir caminhos e mostrar que nós, os seres humanos, podemos escolher.” (MORENO, 1999, p. 80). Assim acreditamos que a Escola é um espaço de construção que pode alterar a concepção machista presente na sociedade através de ensinamentos diferenciados das gerações anteriores.

2.5 DISCURSOS SEXISTAS ATRAVÉS DA MÍDIA

No Brasil segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), 14 milhões de mulheres sofrem de ansiedade e 5% possuem depressão. A empresa Sophia Mind realizou uma pesquisa em que 21% das mulheres se mostraram insatisfeitas com seu corpo. No PODCAST Grita, Mulher no dia 08/06/2020 foi realizado uma conversa titulada: “Construção da imagem corporal e mídia”, em que a convidada Psicóloga Mayara Almeida fala sobre como a mídia influência nesses índices através da publicidade que constrói a imagem da mulher, fazendo com que tanto mulheres quanto homens procurem essa imagem apresentada.

A entrevistadora Beatriz Mesquita Gadelha traz durante a entrevista que a cultura é construída pela mídia e a mídia é produzida por homens, sendo 90% composta por esse público, a mesma cita que a maioria do que consumimos é produzido pelo público masculino, baseados em sua visão. As mulheres devem questionar “quem está produzindo está mídia que estou consumindo?”. A psicóloga traz que muitas vezes somos influenciadas, sendo considerado uma forma de opressão porque a mulher durante a história da construção da sociedade foi colocada no lugar do outro, devendo ser o que o homem espera, em uma posição de inferioridade que dependesse do indivíduo. Ainda hoje vivemos na sociedade patriarcal.

No *PODCAST* Ilustríssima conversa da Folha de São Paulo, no dia 11/01/2020 foi realizado uma conversa titulada: “Como as mulheres moldaram a história do cinema brasileiro”, em que o repórter Walter Porto conversa com a organizadora do livro “Mulheres atrás das câmeras”, Luiza Lusvarghi e as cineastas Lúcia Murat, Tata Amaral e Julia Rezende sobre como a mulher como diretora molda o cinema e a sua luta por reconhecimento e igualdade na Indústria do trabalho.

Luiza Lusvarghi (2020) discorre que a maioria do cinema é composto por homens e isso foi comprovado a partir de um estudo realizado pelo grupo ancine e GEMAA que apresentaram em 2016 que 98% das produções e roteiros são dirigidas por homens e isso fez com que tomasse a iniciativa de produzir o livro “Mulheres atrás das câmeras”.

Julia Rezende (2020) aborda em sua fala que cada vez que uma mulher conquista um espaço, uma visibilidade na sociedade acaba incentivando e dando força a outras mulheres a lutarem por seu espaço, e na relação do cinema esse incentivo se torna maior já que a maioria dos roteiristas, diretores e cineastas é composto pelo sexo masculino. O mercado do cinema requer em diversos casos experiência, porém Julia aborda que não há como ter experiência se não disponibilizarem uma primeira tentativa para demonstrar o saber.

Voltando com a Lusvarghi a mesma expõe que a Teresa Trautman foi a cineasta mais censurada no País por sua produção “Os homens que eu tive” (1973). Foi um filme que chamou atenção de todos para a época e que muitos realizavam questionamentos pois retratava o dia-a-dia de um casal que vivia um relacionamento aberto, e como uma mulher de respeito poderia retratar isso? Era o fim dos tempos segundo muitos “especialistas”. O começo do cinema já havia a presença marcante das mulheres, porém algo desafiador já que por muitos anos o patriarcado tomava conta da sociedade e colocava em pauta questões a serem debatidas e apresentadas.

Adélia Sampaio foi a primeira cineasta negra a ocupar o posto de diretora de um filme lançado comercialmente no Brasil em 1984 (PORTO, 2020) e após isso, apenas trinta e quatro anos depois foi lançado outro ensaio por uma mulher negra; Luíza apesar de ser branca como expõe em sua entrevista relata que se torna mais difícil para esse público pois além de existir um preconceito de gênero na sociedade existe também o preconceito racial, racismo que dificulta até nos dias atuais.

Lúcia Murat foi uma das principais cineastas no Brasil na década de 80 com o documentário: “Que bom te ver viva” (1989), em que abordava a experiência das mulheres que sofreram agressões no período da Ditadura Militar (1964-1985) inclusive a vivência dela. A mesma discorre durante a entrevista que a decisão de expor aquela época surgiu diante da experiência de juntar a psicanálise abordando sua sobrevivência e de outras mulheres como uma espécie de círculo vicioso, um depoimento complementava o outro. Nesse documentário é apresentado uma dedicatória a psicanálise por explicar porque não explicar a sobrevivência e sim porque enlouquecemos. Apesar de na época do lançamento não haver citado que esse projeto era algo relacionado a acontecimentos de sua vida, não demorou muito tempo que a mídia expusesse. MURAT (2020) traz que ganhou destaque por

saber como sobreviver a ditadura por saber de adaptar e trabalhar com o mínimo de dinheiro para se expressar, a única dificuldade era a liberdade de expressão.

Tata Amaral convidada para entrevista é uma cineasta Paulistana com a primeira longa-metragem “Um céu de estrelas” (1996) marcou o Brasil com vários projetos, atualmente produz a série documental “As protagonistas” que conta a história do cinema brasileiro através das diretos brasileiras, explanando a luta e vida da mulher no cinema e como a sociedade age perante a isso.

Assim, todas colocam a presença do preconceito ainda no dia atual e a necessidade da presença da mulher na mídia, na produção de filmes, materiais, *podcast*, para que se quebre a barreira e a mulher conquiste cada vez mais espaço na sociedade.

Referente ao movimento MeToo significa “Eu também”, surgiu em campanha contra o abuso sexual iniciado pela ativista Tarana Burke, porém ganhou força em 2017 quando a atriz Alyssa Milano publicou no twitter solicitando que as pessoas que já sofreram abuso sexual utilizassem a hashtag #MeToo, viralizando no mundo inteiro (*podcast*: Veja explica). Isso fez com que mulheres e homens contassem suas histórias e lutassem por seus direitos. Com isso as mulheres ganharam engajamento e empoderamento em ajudar outras mulheres a falarem sobre o assunto e vencerem seus traumas e medos.

“Bom dia, Verônica” é um livro de Llana Casoy e Raphael Montel (2016), adaptado em outubro/2020 pela Netflix, na série é abordado história da Verônica Torres que exerce a função de escritora em uma Delegacia de Homicídios de São Paulo, após uma moça cometer suicídio em sua frente a personagem decide realizar uma investigação o que levou a cometer o ato e ajudar mulheres que sofrem agressões. A série traz de forma clara e objetiva de como o machismo, a violência doméstica, abuso sexual e corrupção policial ainda estão presentes no século XXI. Uma das trilhas sonoras da série é a música “Maria da Vila Matilde” de Elza Soares que traz em seus versos

Cadê meu celular
Eu vou ligar pro 180
Vou entregar teu nome
E explicar meu endereço
Aqui você não entra mais [...]

A protagonista vive uma verdadeira desconstrução de gênero, luta pela justiça as mulheres que sofrem alguma violência. É uma mulher que se mostra livre apesar de ser casada e ter dois filhos. A relação acaba sendo invertida como a sociedade impõe, Verônica é focada no trabalho, não vive muito em casa, pouco presente na vida dos filhos, já seu marido Paulo é o verdadeiro indivíduo do

lar, responsável por quase todo serviço doméstico e totalmente presente na vida dos filhos. Essa desconstrução e “inversão” nos papéis de gênero é extremamente importante para a desconstrução. Apesar de muitas vezes a mídia expor a mulher como um objeto, também apresenta histórias que repercutem e acabam gerando discussões, dando força e apoio a mulher denunciar violências.

Vivemos em uma cultura midiática, em que a mídia tem o papel da manutenção das relações estabelecidas vigentes de uma determinada época para naturalizar determinadas coisas, porém vai além desse olhar, a mesma possui um papel dialético que reproduz a manutenção das relações sociais, é um espaço de contestações, de produção de conteúdo e transmissão de informações.

3. METODOLOGIA

Este estudo será realizado com base em pressupostos teóricos e metodológicos da pesquisa bibliográfica, realizando revisão dos materiais existentes para melhor aprofundamento do tema.

Para Lakatos e Marconi (2003), a pesquisa bibliográfica consiste no levantamento e seleção de materiais já publicados sobre a temática que está sendo investigada, tais como artigos, livros, teses, jornais, dissertações, revistas, entre outros, com o foco de colocar o pesquisador em contato com a publicação existente e já escrita sobre o seu objeto de estudo.

De acordo com Gil (1999): As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade, desenvolver, esclarecer, e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. De todos os tipos de pesquisa, estas são as que apresentam menor rigidez no planejamento (GIL, 1999, p. 27)

A escolha desta metodologia se justifica por ser um encaminhamento adequado à formação de pesquisadores e, neste caso, dos profissionais da educação, já que é por meio da revisão dos materiais já produzidos sobre determinado tema que se organizam os primeiros passos para toda e qualquer pesquisa científica.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A desigualdade de gênero é resultado do processo civilatório humano e como tal, tem acento com o marco na propriedade privada e a designação da mulher ao lar. Desde então, a sociedade, vem se reproduzindo através de narrativas religiosas, sobretudo a judaico-cristã, biológica, legitimando a ideia de que a mulher nasce com uma genitália e aparelho reprodutor que justifica sua finalidade neste

mundo, a de ser mãe; bem como psicológicas, culturais e por aí vai. Estas, no entanto, não promoveram uma promeminência das mulheres, a historiografia demonstrou que na sua maioria, a mulher esteve fadada aos cuidados da casa e de pessoas.

Nesse sentido, é explícito o processo de luta das mulheres em ocupar espaços, outrora designados aos homens, apenas. Também, o código civil, outrora, evidenciavam uma lástima de legisladores homens a fazer Leis para mulheres, hoje, praticamente ultrapassados, pois temos, sobretudo no Brasil, uma legislação vigorante, o que não quer dizer que não tenhamos mais opressão as mulheres.

A agenda conquistada pelo movimento feminista, iniciado no século XX, conquistou muitos direitos no Estado Democrático de direito, a começar pelo direito de voto, divórcio entre outros. Mas ainda, a muitas coisas a conquistar. E, assim, não somente a sociedade tem essa obrigação, a de promover uma educação na qual homens e mulheres possam estabelecer relações de paridade.

Inegavelmente, as instituições escolares, espaços de ambiência, de diálogo, reflexão através de seus professores, trazem consigo esta finalidade, a de desvelar comportamentos e discursos sexistas, que em nada contribuem para educação de crianças e jovens, perante as gerações que possam usufruir de uma equidade efetiva.

Como vimos, no decurso deste estudo, provocar uma reflexão, a ressonância de narrativas preconceituosas, que ainda que com aparência ingênua, carregam consigo, não o desenvolvimento e a potencialidades dos sujeitos, mas ao contrário, oprimem. E, assim, não cabe mais a omissão.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *Para Educar Crianças Feministas*: um manifesto. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

ALVES, B. M.; PITANGUY, J. O que é feminismo? São Paulo: Abril Cultural Brasiliense, 1991.

AMBITO JURIDICO. **A Evolução do Direito da Mulher do Contexto Histórico e os Avanços no Cenário Atual**. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direitos-humanos/a-evolucao-dos-direitos-da-mulher-do-contexto-historico-e-os-avancos-no-cenario-atual/>. Acesso em: 27 set. 2020.

BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo: fatos e mitos. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BOURDIEU, Pierre (1999). A Dominação Masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

BRASIL. **Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879**. Reforma o ensino primário e secundário no município da Côrte e o superior em todo o Império. Coleção de Leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, 1879. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-publicacaooriginal-62862-pe.html>. Acesso em: 15 set. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do inciso 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providência. Brasília, DF. Nov. 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/11340.htm. Acesso em: 10 out. 2020.

BOM DIA, VERÔNICA. José Henrique Fonseca, Izabel Jaguaribe e Rog de Souza. Netflix. São Paulo, 2020.

CONSTRUÇÃO DA IMAGEM CORPORAL E A MÍDIA. Locução de: Beatriz Mesquita Gadelha. Entrevistada: Mayara Almeida. [S.I]: Grita Mulher!!!, 08 jun. 2020. *Podcast*. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/3xfuwP6gUDFhvzI1gkaAhd>. Acesso em: 10 out. 2020.

COMO AS MULHERES MOLDARAM A HISTÓRIA DO CINEMA BRASILEIRO. Locução de: Walter Porto. Entrevistadas: Luiza Lusvarghi, Lúcia Murat, Tata Amaral e Julia Rezende. [S.I]: Ilustríssima Conversa Folha de São Paulo, 11 jan. 2020. *Podcast*. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/1CSWYxNFBhvVNkF8dc8uXK>. Acesso em: 15 ago. 2020.

DRUMONT, M.P. Elementos para uma análise do machismo. **Perspectivas**, São Paulo, 3: 81-85, 1980.

ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. Tradução de Ruth M. Klaus. 3. ed. São Paulo: Centauro Editora, 2006.

Equipe do Centro Latino Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM/IMS/UERJ, 2009.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Dicionário da língua portuguesa. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FREITAS, Ana. **A origem do conceito de empoderamento, a palavra da vez.** Nexo, out. 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4375.htm. Acesso em: 27 set. 2020.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

KEHL, MARIA RITA. Deslocamentos Do Feminino I Maria Rita Kehl. - 2. Ed. - Rio De Janeiro: Imago, 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MORENO, Montserrat. Como se ensina a ser menina. São Paulo: Moderna, 1999

NUNES, César; SILVA, Edna. **A educação sexual da criança: polêmicas do nosso tempo.** Campinas, SP: Autores associados, 2000.

Reflexão sobre a naturalização do machismo. (Rafaela Leão Barreto Viana)
<http://unisinios.br/blogs/ndh/2013/09/09/reflexao-sobre-a-naturalizacao-do-machismo/>

SCOTT, Joan. Gênero; uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade. N.2 V.20. Porto Alegre: jul/dez. 1995. p. 71-99

SOVERAL, Andreia.; CARBONARI, Paulo César. (Org.). Educação em direitos humanos: sistematização de práticas de educação básica. Passo Fundo: IFIBE - Instituto Superior de Filosofia Berthier, p 19-33, 2011. Disponível em: https://cdhpf.org.br/wpcontent/uploads/2017/01/EDH_educacao-nao-formal.pdf. Acesso em: 01 de set. 2020.

VIANNA, Claudia. **Sexo e gênero: masculino e feminino na qualidade da educação escolar.** In: AQUINO, Julio Groppa (org.). Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1997, p. 119 – 129.

VOCÊ SABE O QUE É O MOVIMENTO #METOO? [S.I]: Veja Explica, dez. 2019. *Podcast*. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/5mXEwfCk1T9dyqqBNNjMnK>. Acesso em: 15 ago. 2020.